

41º Encontro Anual da ANPOCS

SPG23 - Pensamento social no Brasil: perspectivas comparadas e fronteiras teórico-metodológicas

Centro e periferia como categorias de análise: possibilidades do pensamento antropológico.

Estêvão Barros Chaves¹

Orientador: Piero de Camargo Leierner

¹Mestrando em antropologia social - PPGAS/UFSCar. FAPESP. E-mail: estevao.bchaves@gmail.com.

Resumo

Este trabalho pretende uma inserir-se num debate interdisciplinar entre a antropologia brasileira e interpretações dadas em algumas metodologias usadas pela sociologia e ciência política no chamado "Pensamento Social e Político Brasileiro". Tal movimento será realizado através de um processo de aproximação de dois conceitos comuns às disciplinas, a saber, "centro" e "periferia". Tal movimento será realizado através de um processo de aproximação de dois conceitos comuns a ambas as disciplinas, a saber, "centro" e "periferia". Tal dualidade apresenta-se de duas maneiras ao longo da teoria antropológica: se por um lado são tipologias práticas de uma teoria política, por outro são epistemologias políticas dissidentes das teorias hegemônicas. Esta última, como se buscará argumentar ao longo do trabalho, mesmo que potentes politicamente, deixam de lado questões importantes ao pensamento antropológico, pois as categorias estão em operação, ou seja, a concepção de que existem centros e periferias produz epistemologias políticas que concebem a realidade a partir de tal dualidade. Produzir, no entanto, conhecimento a partir desta perspectiva é diferente de compreender tais dualidades como conceitos que resultam de um processo sócio institucional. Esta é a proposta deste trabalho. Utilizar as categorias de "centro" e "periferia" não como realidade dada, mas como categorias anteriores ao resultado comparativo por incitarem, elas mesmas, o uso de comparações. O movimento não está presente na produção de tais conceitos, mas são esses conceitos que incitam o movimento. Assume-se que a assimilação dessas dualidades no léxico conceitual da antropologia brasileira deve-se ao resultado de processos sociais e influências teóricas específicas que resultam, após a busca por uma teoria antropológica brasileira a partir de Darcy Ribeiro, na tentativa de Roberto Cardoso de Oliveira em refletir sobre o Pensamento antropológico brasileiro. Assim, a questão central deste trabalho é responder como foi possível que as categorias de "centro" e "periferia" fizessem parte da teoria antropológica brasileira. Para tal abordagem, será necessário recorrer ao Pensamento Social e Político Brasileiro, já que tal debate, incipiente na antropologia, encontra ali importantes reflexões teóricas pensadas a partir da produção metodológica de dualidades analíticas.

Palavras-chave: centro e periferia; pensamento antropológico; pensamento social e político brasileiro; dualidade.

Introdução

O uso de dualidades para pensar as relações internacionais entre Brasil e países considerados metropolitanos (o que já conforma em si uma dualidade), não é recente. Se a antropologia têm se apropriado de alguns destes conceitos nas últimas décadas, ela passa a fazer parte de uma forte gama de reflexões teóricas realizadas não apenas no Brasil sobre uma condição dependente na economia e na política.

Este trabalho faz parte de reflexões obtidas através uma pesquisa de mestrado em antropologia social e, portanto, é ainda incipiente em seus objetivos aqui propostos, já que este é resultado de uma necessidade investigativa talvez maior que o próprio escopo delimitado. A dissertação propõe-se a pensar a realidade política da antropologia brasileira enquanto parte de uma estrutura disciplinar que, como propõem alguns autores, tende ao universal. Entendendo tal realidade a partir da dualidade contida nas noções de “centro” e “periferia” desenvolvida pela teoria brasileira em ciências sociais, pode-se observar uma relação hierárquica entre a produção de conhecimento antropológico realizada no Brasil e nas “metrópoles”. Tais noções (de “centro” e de “periferia”) só podem ser compreendidas a partir de um sistema comparativo, onde o objeto de pesquisa é definido pela relação entre dois ou mais elementos que viabilizam uma perspectiva analítica própria, marcada pela diferença (seja quantitativa ou qualitativa) nas relações de poder entre elas. Tal movimento comparativo é realizado há muito nas ciências sociais brasileiras, fortemente influenciada, por exemplo, pela tradição cepalina (o que indica, no nosso caso, uma abertura metodológica de compreensão dos fenômenos hierárquicos no cenário internacional, seja na economia, na política, ou na relações acadêmicas - se quisermos compreender tais áreas como desvinculadas umas das outras). Assim, a pesquisa visa assimilar as noções de “centro” e “periferia” nos moldes resumidos acima, tendo como objeto de análise a relação entre a produção de conhecimento acadêmico entre o Brasil e países “desenvolvidos”, como Estados Unidos, Inglaterra e França, observando como as relações acadêmicas produzem uma geantropologia (Leirner, 2014), ou uma geopolítica do conhecimento disciplinar.

A pesquisa busca, para tanto, observar as relações estabelecidas pela bibliografia utilizada por autores em periódicos da disciplina de grande circulação (como o *Journal of the Royal Anthropological Institute*, o *World Anthropology* e a *American Anthropologist*), buscando por dados quantitativos referentes ao uso da bibliografia

brasileira por autores estrangeiros (de “centro”), assim como no modo em que tal bibliografia é mobilizada, isto é, se os autores brasileiros estão sendo utilizados “lá fora” como fonte de produção teórica ou, quando são, (como apontam os dados obtidos até aqui) apenas como fonte de obtenção de dados etnográficos. Associados aos dados quantitativos, tais periódicos permitem observar também como se mobilizam autores brasileiros em diferentes frentes de pesquisa, principalmente naquelas realizadas por estrangeiros com campo etnográfico em território brasileiro.

Compreendendo tal abordagem como uma investigação da produção de conhecimento antropológico dos “centros” sobre “nossa” própria produção, a pesquisa proposta versa pelas relações acadêmicas num mesmo sistema de conhecimento. Tais relações, como dito anteriormente, mostram um descompasso entre teoria e etnografia, produção intelectual e obtenção de dados - o que será assimilado na dicotomia entre “centro” e “periferia”. Para auxiliar tal abordagem epistemológica, também estão sendo coletados dados sobre as relações acadêmicas internacionais pelos programas de pós-graduação em antropologia em território nacional através dos anos, desde a implementação de tais programas.

A produção teórica realizada no Brasil, no âmbito das ciências sociais, aponta para esse descompasso entre a produção acadêmica nacional e internacional (Miceli, 1990). A pesquisa realizada busca, no âmbito antropológico, evidenciar tal relação e, apesar de fugir do escopo proposto, será realizado uma *aproximação interessada* a partir de algumas semelhanças entre o caso pesquisado e pesquisas análogas em outras áreas de produção científica na área social, como na crítica literária e no Pensamento Social e Político Brasileiro. Tais apontamentos serão realizados a partir de uma análise histórica do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Como tal exercício já fora realizado por diversos autores, será útil à pesquisa realizar tal recuperação com um recorte específico, a saber, a partir da produção de conceitos duais que examinam as relações hierárquicas em sistemas produtivos. Assim, a análise histórica das ciências sociais no Brasil permite simultaneamente estabelecer as diversas relações acadêmicas entre brasileiros e estrangeiros, assim como a construção por nossa teoria dos conceitos aqui utilizados na investigação do objeto (“centro” e “periferia”).

Aproximação interessada

O movimento que aqui é chamado de aproximação interessada busca utilizar a pesquisa realizada no âmbito antropológico num processo comparativo entre disciplinas como primeiro apontamento em pesquisas futuras. A tendência de tal movimento é, sem dúvida, a interdisciplinaridade que, apontada como uma necessidade emergente nas atuais pesquisas em ciências sociais, carece de teorias completas a serem desenvolvidas (Cavalcanti, 2014). Este trabalho torna-se assim, e portanto, um primeiro esboço para projetos futuros, visto que a delimitação do objeto proposto para a atual pesquisa desenvolvida impossibilita o acesso a uma bibliografia extensa para além da teoria antropológica.

Esse primeiro movimento, na verdade, resulta de uma demanda pontual da dissertação desenvolvida, a saber, a recuperação histórica do desenvolvimento da antropologia (e, como não é possível desvinculá-las por completo, das ciências sociais). Tal bibliografia demonstrou-se completa, realizada por diferentes pesquisadores, de diferentes áreas, instituições e nacionalidades. A história institucional, política e teórica das ciências sociais fora recuperada ao longo dos anos por diferentes recortes; o que impeliu à pesquisa a necessidade de tal abordagem por um recorte que, por assim dizer, não chovesse no molhado. Assim, mesmo sendo parte de uma introdução ao objeto proposto, as condições de pesquisa oferecem a possibilidade metodológica de pensar a história da antropologia a partir da reconstituição histórica do desenvolvimento teórico de algumas dualidades e dicotomias no interior do pensamento intelectual brasileiro. Ao realizar tal movimento, também será respondido (ao menos é o que se espera) possíveis questionamentos quanto ao uso das categorias de “centro” e “periferia” como instrumento de análise. O objetivo é utilizar tal dualidade a partir de sua constituição no contexto brasileiro, como ferramenta de análise das estruturas brasileiras.

Compreende-se que o uso de tais dualidades não congela uma imagem periférica do Brasil, seja no âmbito econômico, institucional ou acadêmico. Se a teoria da desenvolvida por Celso Furtado tem uma primeira coisa a dizer, antes de todas as outras, é que a dependência é sempre relativa. É preciso sempre estabelecer o Outro para que se

possa realizar um processo comparativo que permita ver semelhanças, diferenças, dependências... Assim, a condição “periférica” utilizada sempre acompanha as aspas, indicando que essa condição é *em relação* a alguma coisa, que é o “centro”. No caso estudado, a relação entre “centro” e “periferia” demonstra uma justaposição entre ciência e objeto. Se, por um lado, a antropologia consolidou-se como o estudo de “grupos periféricos”, sua teoria, por outro, sempre esteve nos “centros de produção científica”.

A fórmula era basicamente a mesma: antropólogos estadunidenses ou europeus a realizar etnografias em países não-tradicionais, como Brasil, Índia, Japão, ou então em áreas de interesse político (como foi o caso mesmo do Japão na pesquisa de Ruth Benedict), no continente africano (podemos citar o Sudão do Sul como exemplo mais claro).

A consolidação de relações acadêmicas-institucionais entre países como o Brasil e aqueles do hemisfério norte² têm mudado esse cenário desde seu início, nos anos 50, com uma tendência cada vez maior a discursos inclusivos no interior da disciplina. As teorias que versam sobre tal perspectiva, assumem na antropologia uma ciência constituída de múltipla colaboração, seja nativa, seja acadêmica. Tal modelo pensa a produção científica no qual a disciplina se insere como ativa e propositiva, buscando as conexões entre diversos contextos de produção antropológica como aliados na formação do conhecimento sobre nós mesmos (Lins Ribeiro, 2006). A questão aqui é outra. A possibilidade de pensar toda a produção antropológica brasileira como uma área de produção científica e intelectual torna-se atrativa quando observada sob o prisma do Pensamento Social brasileiro, abrindo possibilidades teóricas e epistemológicas que permitem um interessante diálogo interdisciplinar.

Tal recorte permite, por exemplo, separar a produção antropológica entre teoria/prática, ou melhor, teoria/etnografia, e analisar como tal produção opera em diversos contextos. A dissertação que compõe este trabalho opera em tal sentido, observando as relações geopolíticas (Leirner, 2014; Viveiros de Castro, 1999) dos contextos de produção antropológica a partir justamente da separação entre teoria e etnografia. A tese que corrobora tal investimento (e que vem se confirmando ao longo da pesquisa), é que há

²Majoritariamente, fala-se em Inglaterra, França e Estados Unidos, já que estes são os que possuem maior tradição em pesquisas antropológicas.

uma relação assimétrica entre os contextos de produção de teorias da disciplina entre o Brasil e os países onde tradicionalmente se faz ciência³.

As etnografias realizadas *no* Brasil (Viveiros de Castro, 1999), ou talvez ainda, *in Brazil* (Peirano, 1999), sempre estiveram presentes nas produções teóricas de pesquisadores estrangeiros. Talvez por isso, para além do problema da língua já discutido por Peirano, a tradição etnográfica tenha se mantido, mesmo com a inserção de investimentos nos programas de pós-graduação brasileiros, assim como através de fundações privadas como a fundação Ford (Miceli, 1990), para a internacionalização do que se faz aqui. Os dados continuam a ser obtidos no Brasil, seja ainda através das etnografias de pesquisadores estrangeiros, seja através de pesquisadores brasileiros que, nos poucos casos em que são citados, são utilizados como bibliografia de consulta etnográfica - geralmente sobre pesquisas que se referem a objetos de estudo localizados em território nacional. Como dito há pouco, aliando a área de Pensamento às relações de produção aqui expostas, é possível observá-las sob diferentes perspectivas; estas podem ser frutíferas para o desenvolvimento da análise.

Essa aproximação foi de alguma importância, talvez metodologicamente em maior nível, no desenvolvimento teórico de Roberto Cardoso de Oliveira. Assim como é a tentativa da pesquisa aqui desenvolvida, o autor propõe-se a pensar a antropologia enquanto produção científica e vinculada a relações geopolíticas e sociais (Cardoso de Oliveira, 1995). Em seu pensamento, a visão da antropologia como uma ciência objetiva, estruturada a partir de paradigmas sucessivos em *uma* matriz disciplinar é afastada, contrapondo-se a Kuhn, dando lugar a uma disciplina “multifacetada”⁴, que incita, resolve ou desenvolve problemas diversos através de diversas teorias, simultaneamente. A relação entre “centro” e “periferia” é colocada, mas fica subsumida na noção de *estilo*⁵ *antropológico*, utilizada por Cardoso de Oliveira. Nela, a relação entre “centro” e “periferia” produz, através da diferença no desenvolvimento disciplinar no interior de seu próprio contexto,

³O caso pesquisado utiliza principalmente a França, a Inglaterra e o Estados Unidos como os países de “centro”. A dissertação pesquisa o caso brasileiro, mas ele pode ser investigado nos demais países em que a pesquisa de campo esteve presente.

⁴Esta imagem foge do significado estrito dado pela teoria crítica, mas é interessante utilizá-la para sublinhar a origem de algumas influências de Cardoso de Oliveira.

⁵A noção de estilo fora utilizada por Cardoso de Oliveira através do desenvolvimento dado por G. G. Granger no livro ‘Filosofia do estilo’.

“estilos” de se fazer antropologia. O desenvolvimento científico, seja teórico tanto quanto o desenvolvimento metodológico de pesquisa de campo, molda-se a partir de uma matriz disciplinar em comum, mas desenvolve “um modo de fazer” - o estilo - próprio a cada país, devendo-se levar em conta sua tradição de pesquisa em teoria, etnografia ou enquanto campo de pesquisa etnográfica (1995).

Apesar da dissertação afastar-se em muitos pontos da teoria utilizada por Cardoso de Oliveira, sua contribuição não deve ser subestimada. Através dela é possível trilhar um caminho talvez um pouco mais fácil até a interdisciplinaridade pretendida. A discussão sobre o estatuto científico da produção antropológica brasileira frente aos países “do norte” encontra seus análogos no desenvolvimento de Teoria Social e, mais ainda, permite aproximar as discussões sobre “centro” e “periferia”, ou sobre as dualidades que compõem a assimetria entre o que é produzido aqui e lá. De qualquer modo, Cardoso de Oliveira abre essa possibilidade na antropologia brasileira ao discutir *sobre o pensamento antropológico*. Sua importância aqui, para além da complexa discussão entre “centro” e “periferia” como condicionantes no estabelecimento de múltiplas matrizes disciplinares, é metodológica. O autor busca na estruturação da disciplina brasileira uma conformação na produção internacional, buscando na consolidação de um “estilo antropológico” próprio às especificidades da antropologia nacional.

Mesmo que a noção de estilo estabilize a assimetria entre “centros” e “periferias”, condicionando a produção à tradição intelectual nacional, Roberto Cardoso de Oliveira utiliza tais categorias para sublinhar a importância da teoria antropológica desenvolvida em território nacional, inserindo uma bibliografia brasileira na discussão sobre o estatuto científico da produção antropológica no mundo. Tal movimento demonstra uma tentativa de aproximar teorias desenvolvidas no “centro” do debate internacional - o que configura, ao menos na prática, matrizes disciplinares - e teorias da “periferia”, permitindo o diálogo entre teorias divergentes e pouco realizadas. Dessa forma, o *pensamento antropológico brasileiro* é elevado ao estatuto de teoria, articulando-se frente à mesma queixa dos colegas brasileiros da área Pensamento Social e Político brasileiro (Lynch, 2013), ou seja, a diferença valorativa entre “pensamento” e “teoria”. Ora, se na antropologia e em Pensamento desenvolvemos uma mesma crítica frente à

produção internacional das ciências sociais, torna-se quase essencial que o debate seja realizado numa base interdisciplinar, que permita a troca de dados e informações, unindo na escrita a insatisfação que surge da falta de diálogo dos pesquisadores “de lá” com a produção intelectual desenvolvida aqui.

Delimitações de uma pesquisa interdisciplinar

A possibilidade de uma pesquisa que lida simultaneamente com uma miríade de pesquisas brasileiras em diferentes áreas de conhecimento comporta em si vantagens em comparação às pesquisas mais específicas, como múltiplas produções que, em concorrência ou aglutinação, permitem diversas opções de abordagem teórico-metodológica da realidade social estudada. É preciso, contudo, atentar-se para alguns problemas de método ao utilizar tal artifício, como, por exemplo, a delimitação do objeto; tal movimento exige do pesquisador um cuidado especial, pois a bibliografia utilizada, vasta e com perspectivas diferentes sobre um mesmo objeto, deve corresponder às respostas (ou às perguntas, pouco importa) que surgem no processo de investigação.

Outro problema na estruturação de um texto que busca interlocutores de outras áreas de pensamento, é o ponto de partida. No caso deste texto, o ponto de partida (e que, invariavelmente adequa-se à formação do pesquisador) é o antropológico. Resulta-se disso, uma tendência de carregar os conceitos “de lá” para “cá”, replicando talvez o problema existente de “centro” e “periferia”, ou, antes, levando-o para outro lugar. Reconhecer tal condição pode ser útil, na medida em que a possibilidade de estabelecer de forma consciente de onde se fala, permite também estabelecer para quem e como se fala. A solução encontrada, mesmo que provisória, é estabelecer um diálogo interdisciplinar a partir das bases antropológicas de investigação, ou seja, utilizando os métodos antropológicos de investigação *sobre* um objeto de interesse antropológico para trabalhá-los a partir de uma análise histórica interdisciplinar - o que resulta numa análise histórica interdisciplinar de um objeto de investigação antropológica.

Para tanto, é necessário uma delimitação desse objeto (mesmo que faça parte de uma iniciativa antropológica) que permita seu tratamento nos moldes da interdisciplinaridade pretendida. Seria muito mais difícil se no tratamento desta pesquisa o recorte fosse

realizado a partir da ideia de “cultura”, por exemplo. Os conceitos de “centro” e “periferia”, como amplamente tratados tanto pela bibliografia antropológica, quanto pela bibliografia de Pensamento, permitem um maior diálogo entre as áreas, seja na utilização análoga desses conceitos duais no interior das epistemologias desenvolvidas no interior nas respectivas produções de conhecimento, seja na comparação de conceitos não-análogos, como numa espécie de reconhecimento do “terreno conceitual” com o qual a pesquisa lida.

Assim, delimitar as dualidades decorrentes⁶ da formada por “centro” e “periferia” como objeto de investigação permite a consolidação de uma base teórica majoritariamente brasileira a partir da área de Pensamento Social e Político Brasileiro, já que tais dualidades estão amplamente representadas pelo desenvolvimento intelectual do pensamento nacional. Permite também, de outro lado, um forte debate com a teoria antropológica como um todo, não só a brasileira, já que a relação entre “centro” e “periferia” se sustenta numa dupla relação entre antropólogos/nativos e antropólogos/antropólogos. Por um lado, a teoria antropológica estabelece uma simetria ontológica entre sistemas de conhecimentos diferentes - extinguindo assim, ao menos em discurso, uma dualidade hierárquica entre o pensamento selvagem e o pensamento científico⁷. Por outro lado, a relação antropólogos/antropólogos não possui a mesma atenção, ao menos do “centro”: epistemologias de contestação do conhecimento produzido no “centro” são desenvolvidas principalmente pelo sul como forma de diversificar uma literatura de área que separa-se basicamente pela mesma relação de “centro” e “periferia” encontrada entre antropólogos/nativos. Tal relação se replica em outro nível, talvez menos evidente na escrita antropológica, onde ficam estabelecidos geograficamente os “centros” e as “periferias”, num efeito de sobreposição das relações entre nativos e antropólogos da “periferia”. Se antes os nativos eram colocados⁸ na posição periférica pelos antropólogos de “centro” pela expansão colonial e pelo sentimento de superioridade (mais evidente conforme se regride cronologicamente),

⁶“desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, “primeiro mundo” e “terceiro mundo”, etc.

⁷O pensamento selvagem é apenas o limiar do que poderia ser representado pela “periferia”, já que é possível reconhecer sistemas de conhecimento diferentes, mesmo dentro dos métodos científicos.

⁸Pensar o Outro só é possível a partir do Um, ou seja, a periferia sempre é estabelecida pelo centro, e não o contrário. O que se pode fazer, afinal, é utilizar tal deslocamento como ferramenta política.

agora a teoria exige um exercício de entendimento das relações sociais nativas sem um ranço colonizador sobre elas. O problema central aqui torna-se a sobreposição territorial da relação “periférica”, agora não mais na relação entre teoria e prática, ou entre análise antropológica e etnografia, mas nas relações de produção do conhecimento antropológico - e em como essas relações implicam num desenvolvimento epistemológico específico - com interpretações ao Estado, por exemplo, que vinculados à margem desconfiguram a linguagem e as pessoas de seu contexto (Das; Poole, 2008).

Se se realizar por um momento um deslocamento dos conceitos utilizados numa base teórica que pensa o desenvolvimento científico, será possível realizar uma nova separação que, sendo análoga à primeira, indica que alguns problemas de ordem hierárquica permanecem no exercício de escrita. Ao diferenciar a produção de conhecimento antropológico entre teórica e etnográfica, por exemplo, temos uma representação interessante da dualidade entre “centro” e “periferia”. Isso, pois, a produção etnográfica, que chamaremos de científica passa por um processo de desenvolvimento diferente da produção teórica, que chamaremos de intelectual. Enquanto produção científica, a antropologia tem buscado articular-se em contextos e bibliografias diferentes, realizando pesquisas de campo, produzindo dados e realizando análises comparativas e, ainda que existam dissonâncias entre o que se produz “aqui” e “lá” e como tais resultados são ‘consumidos’, há alguma consideração (isso devido à conclusão decorrente da simetria entre nativos e antropólogos). A produção intelectual, por sua vez, é dominada pela bibliografia produzida nos “centros” antropológicos, localizados ao norte do hemisfério; o debate teórico fica, quase exclusivamente, a cargo dos estrangeiros que, mesmo tendo realizado pesquisa de campo em países que contam com uma forte produção antropológica, como o Brasil, circunscrevem a análise num reduto teórico restrito a seus pares, deixando de fora, de forma sistemática, pesquisas produzidas na mesma “periferia” em que a etnografia se realiza.

Tendo em vista tais imbricações da produção antropológica brasileira, surge como possibilidade política uma aproximação com outras disciplinas que têm, ao menos em parte, refletido sobre a produção científica nas ciências sociais. Christian Lynch (2013), por exemplo, detém-se na distinção no estatuto de “pensamento” e não de “teoria” na

reflexão política brasileira. A percepção do cenário político da produção de conhecimento realizada por Lynch aproxima-se em muito do que é percebido no cenário antropológico. Se há alguma descontinuidade aqui e lá, será por motivos metodológicos, já que o objeto investigado é o próprio cenário onde a crítica se produz. Assim, mesmo que estejamos falando de uma mesma coisa, a abordagem adotada por Lynch aproxima-se de uma crítica a uma teoria geral do conhecimento como fundamento para a superação de uma condição periférica; a dissertação de onde este artigo é resultado, quer-se uma crítica da condição periférica como meio de superação da tendência a uma teoria geral. A distinção é sutil, mas exige esforços diferentes, o que faz sentido, visto que tratamos de duas áreas de conhecimento distintas. Mesmo assim, a condição geo-epistemológica entre “centro” e “periferia” na produção do conhecimento permanece a mesma aqui e lá, por razões que ora se aproximam - como o período nacional-desenvolvimentista, que permitiu a expansão da produção nacional científica e intelectual em saberes humanos e sociais - ora se afastam - como a influência de um debate político entre teorias antropológicas dissidentes no Brasil.

Conclusão

A possibilidade metodológica de uma análise histórica dos conceitos de “centro” e “periferia” no *pensamento* das ciências sociais, e na antropologia mais especificamente, libera a possibilidade de compreensão no surgimento de dualidades na interpretação nacional. Estas podem ser úteis à dissertação, na medida em que possibilita o diálogo interdisciplinar e contextualiza o que está sendo chamado de “centro” e de “periferia”. Aliado a isso, tal método de análise, voltado para o surgimento e a manutenção de categorias duais, permite uma aproximação da bibliografia nacional, já que importantes autores dedicaram sua obra justamente à análise de dualidades que compõem a identidade nacional. Se de uma lado a análise quantitativa busca um padrão que determinará se há uma relação de “centros” e “periferias” na produção antropológica mundial, a análise histórica destas categorias permitirá que se reconheça as implicações de sua utilização, assim como as condições acadêmicas (institucionais e políticas) na emergência de dualidades como recurso teórico e metodológico na história das ciências

sociais brasileira.

Em todo o caso, mesmo que o esforço despendido na atual pesquisa esteja em descompasso com parte da produção em outras áreas das ciências sociais, ou mesmo na antropologia, ela indica uma posição incômoda do Brasil frente a produção científica aqui discutida. As categorias de “centro” e “periferia”, mais que conceitos analíticos úteis à reflexão teórica, sublinham essa posição; tal dualidade indica ainda um uso político do exercício antropológico, buscando analisar a conjuntura da produção antropológica simultaneamente como produto de uma relação histórica e como produtor de relações político-institucionais. O uso de dualidades, entretanto, é uma questão de método, o que implica dizer que inúmeras abordagens sobre o tema podem ser realizadas. Em acordo com Miceli:

pode-se afirmar que os brasilianistas tendem a ser convertidos em porta-vozes quase caricatos de uma postura historiográfica, frequentemente reduzidos ao *status* instrumental de fontes secundárias para fins estritos de documentação, jamais de lhes concedendo a honra de integrar o panteão das sumidades teóricas e disciplinares em voga no comércio intelectual de importação, buscando-se assim fazê-los ocupar uma posição inferior no campo intelectual interno e bastante desproporcional à sua contribuição efetiva ao desenvolvimento das ciências sociais brasileiras (Miceli, 1990, p. 58 - grifos no original).

Ora, se tal conversão ocorre no âmbito de toda a ciência social brasileira, cabe a nós, cientistas sociais brasileiros, compreender as implicações de tais relações, identificando quali e quantitativamente a descontinuidade entre teoria e prática - ou, como é o caso da antropologia, a teoria e a prática dessa mesma produção teórica. Concluo caber a nós tal desenvolvimento de pesquisa para que, uma vez conhecendo os meandros da intelectualidade da área, seja possível cobrar “de lá” o que, por vezes, se limita aos nativos “de cá”. A utilização de tais categorias para analisar algum âmbito da realidade social, visa, além de uma perspectiva politicamente engajada, uma superação destas mesmas categorias (Arantes, 1992); admitir tal assimetria, dê-se os nomes de “centro” e “periferia” ou não, pode potencializar o que aqui é produzido; ou ao menos aproximar áreas de estudos interdisciplinaridades em torno de um problema comum.

Bibliografia citada

Arantes, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética**: na experiência intelectual brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Cavalcanti, J. S. B. Do campo e lugar da antropologia no contexto global. In: **Os rumos da antropologia no Brasil e no mundo**. Recife, PE: Editora da UFPE, 2014.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

Leirner, P. O campo do “centro”, na “periferia” da antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57 no 1, USP, 2014.

Lins Ribeiro, G. Antropologias Mundiais: para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21 nº 60, 2006.

MICELI, S. **A desilusão americana**: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Sumaré, 1990.

Oliveira, Roberto Cardoso de. Notas sobre uma estilística da antropologia. In: **Estilos de Antropologia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

Peirano, Mariza. “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”. In Miceli, Sergio, “**O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileira: Antropologia**”. São Paulo, Anpocs, 1999.

Veena DAS; Deborah POOLE. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, núm. 8 junio de 2008,

Vessuri, Hebe. Estilos nacionais da antropologia? Reflexões a partir da sociologia da ciência. In: **Estilos de Antropologia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

Viveiros de Castro, E. “Etnologia brasileira”. In Miceli, Sergio, “**O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileira: Antropologia**”. São Paulo, Anpocs, 1999.